

# spinformação

79



# COORDENADORA DO SPN REELEITA PARA CONSELHO EXECUTIVO DA IE



Depois de, em 2015, ter sido desafiada a avançar com uma candidatura ao Conselho Executivo da Internacional da Educação (IE), Manuela Mendonça foi reeleita para um novo mandato durante o 8º Congresso Mundial da organização, que decorreu em Banguedocque, de 19 a 26 de julho.

Na apresentação da sua candidatura, a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) sublinhou que o Conselho Executivo eleito terá uma agenda desafiante para implementar, nomeadamente:

- elevar o estatuto dos professores, investigadores e outro pessoal da educação e melhorar as suas condições de trabalho;
- construir sistemas educativos mais equitativos e inclusivos;
- combater todas as formas de discriminação;
- expandir a resposta global contra as tendências de privatização e comercialização;
- mobilizar jovens trabalhadores e conseguir a renovação sindical;
- lidar com a emergência climática e antecipar o impacto da revolução digital;
- lutar contra a erosão dos valores democráticos e por sociedades mais igualitárias e justas, protegendo e valorizando os direitos humanos e sindicais.

Para responder a estes desafios, concluiu Manuela Mendonça, “precisamos de construir unidade dentro da nossa diversidade e precisamos de ação estratégica e coordenada, a nível nacional, regional e global. E é por isso que a Internacional da Educação é tão importante”.

A IE representa mais de 30 milhões de trabalhadores da educação, unidos em prol de políticas comuns em matéria de educação e de direitos humanos e sindicais. Criada em 1993, tem vindo a afirmar-se como a voz do setor da educação, sempre que se discutem as políticas educativas à escala internacional ou regional, seja junto da UNESCO, da OIT, da OCDE, do Banco Mundial ou de quaisquer outros organismos mundiais ou regionais.

Se tivermos em conta a atual dimensão da IE – em 26 anos, passou de 210 para mais de 400 organizações, de 170 países e territórios – é compreensível que a eleição dos seus órgãos dirigentes adquira grande importância nos congressos. Neste contexto, o facto de a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) ter assento no Conselho Executivo (26 membros) não pode deixar de ser valorizado, pelo que representa de reconhecimento internacional da sua representatividade e do projeto sindical que corporiza.

## spinformação

**Diretora** Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

**Conselho de Redação** Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Reis e Rogério Ribeiro.

**Design Gráfico** Ana Alvim • **Capa** Henrique Borges • **Fotografia** Henrique Borges • **Impressão** Multiponto, S.A.

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/6

**E-mail** spinfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

**Tiragem média** 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal n.º** 238855/06 • **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

# 5 DE OUTUBRO, PELA PROFISSÃO E PELA EDUCAÇÃO

O ano escolar que agora termina foi marcado pela luta dos professores. Uma luta que o Governo tornou inevitável, ao ignorar as propostas apresentadas pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para melhorar as condições de exercício da profissão e responder a problemas como o envelhecimento do corpo docente, a crescente intensificação e burocratização do seu trabalho, o elevado desgaste decorrente do exercício profissional ou a falta de reconhecimento – simbólico e material – da importância do trabalho dos professores e da função social que desempenham.

A luta que os professores hoje travam pela contagem dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de tempo congelado é uma luta pelo direito à carreira, conquistado há precisamente 30 anos. Mas é também uma luta pela dignidade da profissão e pelo respeito que lhe é devido. Porque ao não reconhecer esse tempo aos professores, reconhecendo-o à generalidade das carreiras da Administração Pública, o Governo está a discriminar os docentes, acentuando ainda mais a desvalorização da profissão.

E quando, para justificar a sua opção política, vem publicamente acusar os professores e os seus sindicatos de egoísmo e corporativismo, por, alegadamente, porem os seus interesses à frente da sustentabilidade financeira do país, está a mentir, a manipular a opinião pública e a desautorizar ainda mais os professores perante os alunos, os pais e a sociedade em geral.

[editorial]

Neste contexto, como o 13º Congresso Nacional dos Professores tão bem evidenciou, cabe aos professores prosseguir essa luta. Este número da nossa revista dá conta da participação ativa de delegados do Sindicato dos Professores do Norte num congresso marcado por um debate vivo e combativo. Da Resolução sobre a ação reivindicativa, destaca-se a realização de uma manifestação nacional no dia 5 de outubro, Dia Mundial dos Professores, em defesa da dignidade profissional docente. Realizando-se, por coincidência de calendário, na véspera das eleições legislativas, será o momento de reafirmar que uma educação de qualidade é inseparável da valorização social e material da profissão docente. Num quadro de falta de atratividade da profissão, com apenas 1,3% dos jovens de 15 anos a admitirem querer seguir a carreira docente e 84% dos professores no ativo a desejar a aposentação antecipada, é imperioso tomar medidas que invertam esta tendência. Esse será, por isso, também, o momento de exigir dos futuros eleitos uma efetiva prioridade à educação e à investigação – na prática e não apenas no papel.

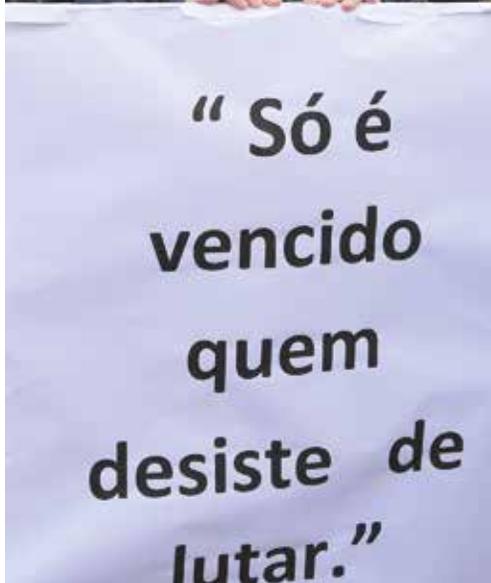
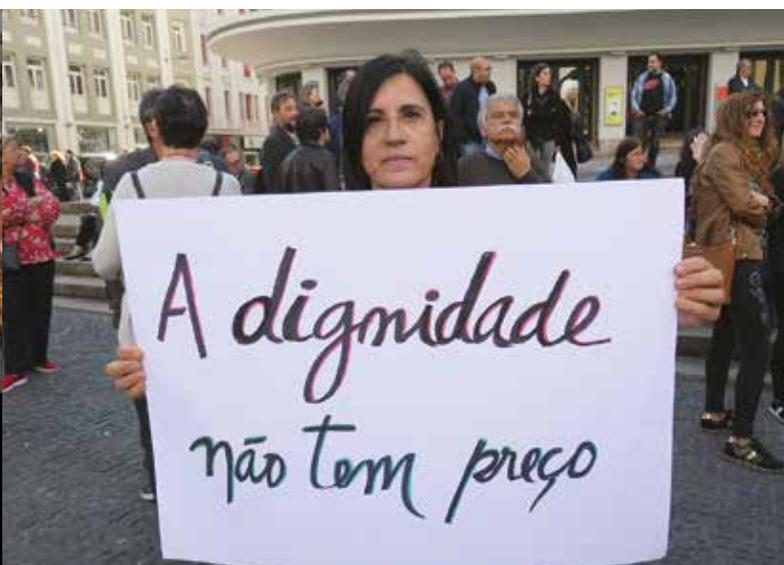
Com o lema “Os educadores e os seus sindicatos assumindo a liderança”, o 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE) foi estruturado em torno de três eixos: fazer avançar a profissão; garantir uma educação gratuita e de qualidade para todos; promover a democracia e os direitos humanos e sindicais.

Realçando o papel insubstituível dos professores na defesa da melhoria do estatuto e da imagem da profissão docente, o congresso reafirmou que o mundo precisa de uma educação pública inclusiva e de qualidade, bem como de sindicatos fortes e democráticos.

Em todo o mundo, os professores estão na linha da frente na defesa do pensamento crítico, dos valores democráticos e dos direitos humanos. Vários testemunhos lembraram que há países onde se é perseguido, preso e mesmo assassinado por se ser sindicalista, enaltecendo a ação desenvolvida pela IE na denúncia pública dessas situações, na pressão exercida junto dos governos e no apoio a esses colegas e aos seus sindicatos. Como foi sublinhado por vários delegados nas suas intervenções, “a solidariedade internacional salva vidas”.



**Manuela Mendonça**  
Coordenadora do SPN



# GOVERNO COMPLICA RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

**SPN reafirma o apoio a todos os associados e não deixará de lutar pela recuperação integral dos 9 anos, 4 meses e 2 dias do tempo 'esquecido'. O Dia Mundial dos Professores (5 de outubro) será o próximo grande momento dessa luta, com uma Manifestação Nacional em Lisboa.**



Como é de conhecimento geral, o Governo decidiu unilateralmente, através do Decreto-Lei nº 36/2019, de 15 de março, contabilizar apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias para progressão na carreira dos educadores e professores – em vez dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que lhes são devidos e dos quais o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) não abdicam.

Como se não bastasse ter tomado esta lamentável opção, ainda resolveu estipular, no referido decreto, que esse tempo só seria recuperado no escalão para o qual os docentes progredissem a partir de 1 de janeiro de 2019. Alertado para as ultrapassagens que iam ocorrer, este mesmo Governo não alterou o referido diploma e, para minimizar os prejuízos, resolveu dar aos docentes a possibilidade de optarem pela recuperação faseada do tempo, através do Decreto-Lei nº 65/2019, de 20 de maio, aplicado à restante Administração Pública.

Ora, tal situação, além de revelar que o Governo não pretendia dar esse tempo de igual modo a todos os professores, veio criar inseguranças, gerar novas injustiças e, mais uma vez, provocar ultrapassagens entre professores. E, no caso dos docentes que se encontram a aguardar vaga de acesso aos 5º e 7º escalões, fazer com que, ao contrário dos restantes, percam parte ou a totalidade desse tempo – dando o tempo para alcançar uma vaga, sem qualquer previsibilidade de quando a obterão, nem terem um limite temporal para progredirem ao escalão seguinte.

**A confusão criada** nos professores e nas escolas gerou muitas dúvidas, de tal ordem que obrigou o Ministério da Educação (ME), por insistência dos sindicatos, a produzir notas informativas e respostas a perguntas frequentes, que podiam ter sido evitadas se o Governo, simplesmente, tivesse contabilizado o referido tempo a todos os docentes, a partir de 1 de janeiro de 2019 e permitido aos docentes que estão nas listas para os 5º e 7º escalões “comprarem a vaga, com o 1º faseamento ou com módulos de 365 dias”. Mesmo com os esclarecimentos prestados pelo ME às escolas, quanto à aplicação dos citados decretos, as dúvidas e interpretações são diversas, levando os diretores e os centros de formação a procurar uniformizar, por concelhos, procedimentos que deviam emanar de forma clara e objetiva da Administração Central, evitando mais arbitrariedades e duplas interpretações, cujo resultado será, mais uma vez, prejudicial a muitos docentes.

O SPN lamenta e repudia toda esta situação de desrespeito para com os docentes e as escolas, criada pelo Governo num final de ano letivo, quando predomina o trabalho burocrático e os professores se encontram bastante cansados e ainda ocupados em diversas tarefas. O SPN reafirma o apoio a todos os associados injustiçados e ultrapassados e não deixará de lutar por melhores condições para o exercício da profissão e pela recuperação do restante tempo que o Governo quer tirar: 6 anos, 6 meses e 23 dias. 5 de outubro – Dia Mundial dos Professores – será o próximo grande momento dessa luta!

**5 de Outubro 2019**  
Dia Mundial do Professor

# **Manifestação Nacional**

**VALORIZAR  
E REJUVENESCEM  
A PROFISSÃO**

**Lisboa, 14h30**  
Marquês de Pombal

**Respeitar a Carreira  
Antecipar a Aposentação  
Adequar Horários  
Eliminar a Precariedade  
Concursos Justos**



# RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO



**Este ano iniciou-se a recuperação do tempo de serviço congelado, primeiro apenas após progressão posterior a 1 de janeiro, depois com possibilidade de opção por um faseamento em três tempos. Não chega, mas a tendência foi de melhoria.**

Dos dois grandes objetivos traçados para o ano e para a legislatura que ora finda (garantir a recuperação da primeira tranche já em 2019 e a contabilização de todo o tempo congelado), os quais a dado momento pareciam garantidos, ficou a recuperação de dois anos, nove meses e dezoito dias. Sinal de que a luta tem de continuar, porque só a recuperação total garante uma carreira de facto; sinal, também, de que a luta teve tradução prática – não a que queríamos, mas a que foi possível.

Revisitemos a legislatura: em 2015 a PaF feneceu; em 2016 falava-se em descongelar; em 2017 descongelou-se a função pública, professores não; em 2018 descongelou-se a carreira dos professores; em 2019 iniciou-se a recuperação de tempo de serviço congelado, primeiro apenas após progressão posterior a 1 de janeiro de 2019, depois com possibilidade de opção por um faseamento a três tempos (junho de 2019, 2020 e 2021). Não chega, é certo, mas a tendência verificada foi de melhoria, não de estagnação e menos ainda de agravamento.

A arte, agora, está em conseguir prolongar a tendência no pós-6 de outubro (eleições legislativas). Mais uma vez será pela capacidade de luta dos docentes ou pela falta dela que poderemos prosseguir. Temos seis anos e meio para recuperar, quase cinquenta e seis mil ultrapassagens de reposicionamentos para reparar e quotas de acesso ao 5º e 7º escalões para eliminar.

Isto só no que à carreira diz respeito. Ao mesmo tempo, temos a precaridade, os concursos, o sobretrabalho, o regime de aposentação, a gestão escolar e a municipalização. Resolver tudo até será impossível, mas caminhar no sentido da melhoria é francamente realizável. Poderão ser inatingíveis os paraísos, mas dias melhores podem existir... se lutarmos!

No Dia Mundial dos Professores, 5 de outubro, manifestemo-nos pela dignidade dos professores e no dia seguinte levemos a luta ao voto – não deixemos de consultar as respostas dos vários partidos às perguntas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Porque, **VOTAR DECIDE!**

*Fenprof apresentou balanço no Porto*

# A LEGISLATURA DE A a Z

***Mais um ano de desrespeito pelos professores e pelo trabalho docente! Mais uma legislatura perdida na educação!***



O último debate parlamentar sobre o estado da nação quase ignorou a educação, culminando uma legislatura em que o setor apenas foi lembrado porque os professores não permitiram que caísse no esquecimento.

Prosseguindo um ataque que começou a ser desferido há uma dúzia de anos, o último ano letivo da legislatura foi o mais violento, com o Governo a concretizar o roubo de uma parte significativa da vida profissional dos educadores e professores.

**Aposentação.** Apesar do reconhecido envelhecimento do corpo docente, o Governo nada fez no sentido de permitir a saída dos mais idosos, permitindo a entrada dos mais jovens. Não quis negociar um regime específico, não aceitou a utilização do tempo congelado para efeitos de aposentação e recusou aplicar o regime de pré-aposentação.

**Brilhanismo.** Forma como os docentes se dedicaram aos alunos (confirmada pela redução do insucesso escolar a níveis nunca verificados), apesar de feridos na sua dignidade, desrespeitados nos seus direitos e sem verem melhoradas as condições de trabalho.

**Carreira docente.** Pervertida por sucessivas medidas, todas com o objetivo de a desvalorizar, prevendo-se que, em nome de uma alegada recomposição, o futuro Governo pretenda revê-la em baixa.

**Dimensão das turmas.** Pouco foi feito, tendo mais carácter simbólico do que implicações efetivas. Mantém-se o número elevado de alunos, muitas vezes de vários anos de escolaridade (1º Ciclo) ou alunos com necessidades especiais.

**Educação inclusiva.** O preâmbulo do regime é promissor, mas a expectativa é frustrada pela realidade das escolas, onde recursos e condições de trabalho ficam aquém do que se impunha; o ministério 'esqueceu-se' que a inclusão começa antes da escola, pelo que deveria ter encarado a intervenção precoce com outra atenção.

**Flexibilidade curricular.** A ideia pode não ser má, mas é necessário que a tutela compreenda que não pode fazer cair todo o trabalho sobre as costas dos mesmos de sempre: a sobrecarga é já tremenda, mas aos professores não deixam de ser impostas mais e mais reuniões, mais e mais ações de formação, mais e mais papéis...

**Gestão democrática.** Extinta em 2008, os governos seguintes disseram apostar em lideranças fortes nas escolas, como se estas fossem incompatíveis com princípios como os da elegibilidade, colegialidade e participação...

**H**orários de trabalho. Apesar de a lei estabelecer 35 horas, os professores trabalham quase 50; o sobretrabalho é hoje dos principais fatores de desgaste e exaustão emocional do corpo docente.

**I**ndisciplina. Os professores em Portugal são dos que mais se debatem com problemas de indisciplina na sala de aula, mas nada foi feito pela tutela para alterar a situação.

**J**urídica. Foi por esta via que a Fenprof contestou os serviços mínimos impostos aquando da greve às avaliações, correndo novo processo contra o ministério por violação da lei da greve, a par de pressões e ameaças sobre os professores.

**K**afkiano. O processo de recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, da chamada negociação à recuperação, teria dado para Franz Kafka escrever um livro.

**L**uta. Roubo de tempo de serviço, exigência de um regime específico de aposentação, combate à precariedade e regularização dos horários de trabalho foram e continuarão a ser os grandes eixos da ação reivindicativa dos professores.

**M**unicipalização. As coisas não correram como o Governo pretendia, com apenas 84 municípios a aceitarem a transferência de competências previstas em lei.

**N**egociação. A legislatura iniciou-se com o ministro a propor a realização de reuniões trimestrais, para avaliação das políticas e reflexão sobre caminhos a seguir, e acaba com o bloqueamento de processos negociais de carácter obrigatório.

**O**rcamento. Não continuaram os cortes, mas os cerca de 4% do PIB atribuídos à Educação continuam muito longe dos 6,5% das recomendações internacionais.

**P**recariedade. Verdade que, ao longo da legislatura, entraram sete mil docentes nos quadros, mas também é verdade que os últimos, os que ingressaram este ano, tinham, em média, 15 anos de serviço e mais de 44 anos de idade...

**Q**ualidade. A qualidade da Escola Pública mantém-se porque os seus profissionais a garantem, com esforço, comprometimento e até sacrifício.

**R**ejuvenescimento. É inadiável. Portugal tem desperdiçado gerações de professores e não pode continuar a fazê-lo, sob pena de, dentro de pouco tempo, precisar e não ter docentes devidamente qualificados.

**S**implex. O Ministério da Educação veio ensinar os professores a fazerem atas, a organizarem visitas de estudo, a conceberem instrumentos de autonomia, a contratarem apoio jurídico externo e a adquirirem manuais escolares...

**T**empo de serviço. Ainda faltam recuperar 6 anos, 6 meses e 23 dias, mas mesmo em relação aos 2 anos, 9 meses e 18 dias, o Ministério da Educação conseguiu instalar a confusão...

**U**ltrapassagens. Professores de maior antiguidade ultrapassados por colegas reposicionados; professores de maior antiguidade ultrapassados por colegas que exercem funções na Madeira e nos Açores...

**V**alorização da Escola Pública. No início tudo parecia que seria diferente, com o Governo a cortar financiamento a colégios privados que concorriam diretamente com escolas públicas sendo pagos pelo Estado para o fazer. Os contratos de associação foram muito reduzidos, mas a opção pela Escola Pública parece ter ficado por aí.

**W**ww. É a plataforma SIGRHE, a plataforma de acesso das direções das escolas, plataforma para lançar as notas dos alunos, a plataforma disto e mais daquilo... A 'autonomia' das escolas é controlada à distância por uma administração tão ou mais centralizadora do que no passado.

**X**enofobia. A escola deveria ter um papel mais ativo na construção de competências de cidadania nas crianças e jovens que as frequentam. Ambiente, combate à xenofobia e ao racismo, igualdade de género ou educação sexual, são alguns dos temas que deveriam ter merecido outra atenção.

**Y**uppie. A escola continua a tentar inculcar nas crianças e jovens o conceito *yuppie*. Para isso, contribuem as iniciativas ditas de empreendedorismo que se encontram logo a partir da Educação Pré-Escolar...

**Z**iguezague. No início da legislatura, o ministério ia ouvindo as propostas dos professores e considerava algumas nas medidas que tomava. Depois mudou a postura e, na segunda metade, bastava que as organizações sindicais apresentassem propostas para que fossem rejeitadas...

Tendo em conta esta apreciação, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) avalia negativamente o desempenho do Governo em relação à Educação, à Escola Pública e aos educadores e professores; avalia negativamente o resultado de quatro anos de subfinanciamento da Educação; avalia negativamente a ação do Ministério da Educação no que respeita à relação com os professores e educadores, que fica marcada por desrespeito e abusos; finalmente, por ausências repetidas e conseqüente falta de elementos de avaliação, o ministro TBR chumba por faltas – é o que acontece a quem foge à escola para andar atrás da bola...

# PRÉ-ESCOLAR EM FOCO...

Uma delegação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniu, em maio, com o delegado regional da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), levando várias preocupações referentes à Educação Pré-Escolar (EPE) pública, como a necessidade de planeamento da rede, de modo a diminuir as assimetrias entre pública e privada; a insuficiente oferta da EPE pública nos meios urbanos; as regras de constituição de turmas, nomeadamente, no que respeita às crianças que completarão 3 anos até 31 de dezembro.

O número excessivo de crianças por sala, a interferência externa, nomeadamente de autarquias e/ou outros, na componente educativa e a forma como se desenvolvem as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) foram também discutidas, com a preocupação de encontrar soluções para os problemas existentes e procurar garantir que os atuais não se agravam ou que outros não surjam a nível da região Norte.

Colocadas as questões que motivaram o pedido de reunião, o SPN obteve de João Gonçalves a garantia de que faria chegar essas preocupações à secretária de Estado Adjunta e da Educação. Foi ainda assumido que as questões relativas à constituição de grupos seriam

analisadas “com humanidade”, tendo em conta os interesses das crianças e as propostas dos agrupamentos, ainda que no quadro dos normativos vigentes – foi lembrado que, pela atual Lei Orgânica do Ministério da Educação, as competências das delegações regionais são limitadas.

O delegado regional referiu várias condicionantes que impedem as melhores soluções para alguns problemas, destacando como fatores preocupantes a concentração da maioria das escolas e dos alunos na faixa litoral, a desertificação do interior Norte, a redução do número de crianças e a diferente qualidade dos edifícios escolares, considerando que é um edificado que não garante igualdade de oportunidades, problema que terá de ser resolvido. Deu ainda nota da preocupação da DGEstE Norte com o rácio atual de pessoal não docente e de que se prevê publicação de uma nova portaria que reponha as colocações dentro do que é desejável.

Da realização desta reunião ficou o compromisso do estabelecimento de contactos entre o delegado regional e SPN, sempre que se verifique necessário, para ajudar a construir soluções e a minimizar problemas.

## ...E EM REFLEXÃO

O departamento de EPE do SPN promoveu, em maio, encontros regionais em Braga (*Agarrar o Presente, Projetar o Futuro*) e Sabrosa (*Que Caminhos de Investimento na Educação Pré-Escolar Pública?*).

No Minho, o painel da manhã teve como oradoras Emília Vilarinho, da Universidade do Minho, e Lídia Dias, vereadora da Educação e Cultura na Câmara Municipal de Braga, tendo sido debatidas as políticas educativas para este setor, as vantagens, constrangimentos e desafios que se colocam, bem como a intervenção da autarquia nos jardins de infância da rede pública – tendo em conta o desenvolvimento das Atividades de Animação e Apoio à Família e as responsabilidades que lhe são inerentes – e o relacionamento institucional, central e regional.

No painel da tarde participaram Assunção Folque e Luís Morais. A professora da Universidade de Évora sustentou a intervenção em algumas reflexões sobre a educação de infância no contexto atual e chamou a atenção para a importância de “assumirmos as marcas da nossa identidade pedagógica” e para a necessidade do “cuidar

ético”, procurando compreender o que é expresso pelo outro e encontrar resposta ao que deseja e não ao que pensamos que pretende. O diretor de Briteiros reconheceu que o trabalho desenvolvido pela EPE do seu agrupamento é um exemplo do que deve ser a cooperação e a inovação e que o departamento “voa sozinho”, não no sentido de isolamento, mas porque se organiza, faz crítica construtiva e partilha com os setores dessa forma de estar, contribuindo para um melhor coletivo.

Em S. Martinho de Anta (Sabrosa), os painéis foram constituídos por académicos, políticos, diretores de escolas, dirigentes sindicais e educadoras de infância. Promover o investimento na expansão da EPE pública é um dos objetivos do plano de ação do SPN. Nesse sentido, a discussão com os diferentes responsáveis pelas decisões e execuções das políticas educativas para a infância mobilizará as educadoras o tempo que for necessário, até se perceber se o Estado cumpre com o disposto na Constituição da República, ou seja, com a responsabilidade de promover a educação de infância pública.

# UM OLHAR DO EPC SOBRE O CONGRESSO DA FENPROF

**Congresso ocorreu num momento de grande luta de todos os professores. Para o Ensino Particular e Cooperativo (EPC) ficou clara a urgência de negociar uma convenção coletiva de trabalho que aproxime as condições de trabalho do setor às do público, não deixando de fora o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional.**



O 13º congresso teve a particularidade de ser aquele em que o Ensino Particular e Cooperativo esteve representado com o maior número de delegados eleitos. Tal facto foi determinante para que se registasse um número significativo de intervenções abordando os graves problemas que afetam todo o setor. No final, era unânime a opinião de que foi o congresso em que a voz destes docentes mais se fez ouvir.

Das várias intervenções destacam-se reivindicações importantes tais como:

- a necessidade urgente de desbloquear as negociações com a CNEF de forma a negociar um contrato coletivo de trabalho (CCT) que mantenha os direitos adquiridos, sem discriminar os docentes do Ensino Profissional, e respeite o horário do Ensino Artístico Especializado e as suas especificidades;
- o reconhecimento de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira, incluindo o tempo de serviço prestado no período em que o CCT esteve caducado;
- um CCT mais justo para as IPSS e misericórdias, com condições de trabalho equiparadas às do ensino público no que respeita a horários, carreiras e remunerações;
- a contagem de todo o tempo de serviço das educadoras de

infância a exercer em creche para todos os efeitos, incluindo carreira e concursos;

– que o Ministério da Educação passe a tutelar pedagogicamente todas as creches;

– o financiamento adequado às necessidades e à realidade de cada setor de ensino, em especial do Ensino Profissional;

– a fiscalização, pelo ME e MTSS, de todas as verbas entregues às entidades privadas através de contratos de patrocínio e de associação, acordos de cooperação e outros, para que tais verbas não sejam utilizadas para fins distintos do seu objetivo.

O congresso reafirmou “a mesma profissão, os mesmos direitos”! Para isso, será necessária uma forte intervenção sindical, com o empenho e o envolvimento de todos os professores na luta por melhores condições de trabalho, pela valorização e dignificação da função docente no EPC, no Ensino Artístico Especializado e Profissional, nas IPSS e misericórdias.

O resultado das lutas que temos pela frente depende da vontade e determinação de todos. Contamos contigo!

**Adriano Costa**  
direção SPN

# DEZ ANOS DEPOIS, AVALIAR E PENSAR O FUTURO

**Abertura de lugares e cumprimento de cotas; mecanismos de progressão por mérito absoluto; adequação dos critérios de avaliação docente, assegurando a equidade; fim do regime fundacional; gestão democrática e participada; financiamento compatível com a missão e importância do Ensino Superior público.**

Passada uma década desde a publicação dos diplomas que atualmente definem os estatutos das carreiras docentes do ensino universitário e politécnico (ECDU e ECDESP), assim como o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), é tempo de avaliar as consequências da sua aplicação.

Ter-se-á de olhar para além da retórica da promoção da excelência e do mérito académico, da competitividade científica e da adequação do sistema público de Ensino Superior “aos novos tempos”, sempre presente nos preâmbulos dos diplomas e nos discursos então proferidos.

Em que estado temos o Ensino Superior público hoje e em que medida este difere do de há uma década? Tal análise carece de uma recolha objetiva de dados e está, portanto, muito para além do que aqui se pode fazer. Há, no entanto, um conjunto de sintomas da aplicação deste enquadramento legal que são já evidentes, sejam eles, ou não, consequência direta da letra da lei, até porque a aplicação desta nunca foi cega, sendo os poucos aspetos positivos rapidamente esquecidos.

A realidade destes anos não pode, por outro lado, ser desligada das consequências do crónico e profundo subfinanciamento a que todo o sistema tem estado sujeito.

**Não, não, mas...** Seria possível argumentar, como o foi aquando da discussão destes diplomas, que a visão sindical dos que se lhe opunham se limitava a imaginar o pior dos cenários e ignorava a

bondade da intenção do legislador. Seria possível argumentar que o texto da lei não forçava que os resultados fossem estes. Não forçava que as avaliações de desempenho docente se tivessem revelado um processo de resultados tão desequilibrados entre instituições, e mesmo entre escolas da mesma instituição, apesar de se pretenderem comparáveis, porque, nos termos da lei, as progressões resultantes das avaliações concorrem por recursos limitados a nível nacional.

Não forçava que os Regulamentos de Avaliação Docente (RAD) se limitassem a uma contabilização de índices de produção científica e pedagógica, de validade e aplicação muito discutíveis, que quase unanimemente fogem da consideração de fatores que contribuam para a formação e aperfeiçoamento dos docentes ou às características e circunstâncias particulares de cada escola. Não impunha que os RAD favorecessem de forma clara algumas sub-áreas de conhecimento, em detrimento de outras.

Mas apesar de não implicar nenhum destes resultados, a verdade é que também não acautela, como seria sua estrita obrigação, que tal não aconteça. Não decorre do texto da lei que as progressões de escalão se limitem aos docentes que tenham conseguido obter a classificação máxima, ininterruptamente, durante seis anos, mas o facto de durante esta década não ter havido um único ano em que o Governo tenha fixado o montante que permita os restantes docentes progredir, diz muito do significado prático destes diplomas.



**‘Letra morta’.** As progressões de categoria, de acordo com os ECD, ficaram sujeitas a concursos internacionais de mérito relativo, em processos que misturam o ingresso na carreira com a progressão na mesma. Ora, como o número de concursos abertos não chega sequer para compensar os docentes que vão saindo do ativo, o que implica o envelhecimento do corpo docente, acaba por condenar uma parte significativa dos docentes a ver chegado o seu momento de reforma ainda na categoria profissional com que ingressaram. Este escassíssimo número de lugares a concurso, resultado direto do referido subfinanciamento, contradiz cabalmente o estipulado no RJIES que estabelece que as instituições do Ensino Superior têm, obrigatoriamente, de contar entre 50% e 70% dos seus docentes nas duas mais altas categorias profissionais.

Mas disposições estatutárias de carácter positivo, como esta, parecem ser ‘letra morta’, nunca referidas por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), assim como completamente ausentes das preocupações do Governo, quando, ano após ano, no Orçamento de Estado, inscreve quantias insuficientes para o financiamento do Ensino Superior.

**Pensar o futuro.** O RJIES abriu às universidades o caminho da sua conversão em fundações de direito privado, via que os sucessivos ministros do Ensino Superior não se cansaram de elogiar, apesar de, depois das conversões concretizadas, não se cumprir qualquer das promessas de autonomia financeira que constam da lei.

Estatuto fundacional que acentua o afastamento da gestão universitária da sua forma representativa e participada para além do que já é estipulado no RJIES para as restantes instituições e que encorajou os respetivos reitores a comportarem-se como seus CEO e a administração universitária a esquecer-se da missão que compete ao Ensino Superior, passando a encarar cursos e alunos como fontes de receita.

Fundações que, ao passarem a contratar os seus professores nos termos do Código de Trabalho, criam, de facto, uma carreira paralela fora do ECD, com estatutos e obrigações distintos dos dos restantes colegas e que, a prosseguir a atual situação e a alargar-se o regime fundacional, tenderá a ser maioritária.

É, pois, tempo de pensar o futuro, exigindo a abertura de lugares por forma a assegurar o cumprimento das cotas legais de docentes nas categorias superiores, instituir mecanismos de progressão por mérito absoluto, promover a adequação dos critérios de avaliação docente assegurando a equidade a nível nacional, terminar o regime fundacional no ensino universitário, promulgando um estatuto que consagre a sua gestão democrática e participada, além da exigência de um financiamento compatível com a missão e importância nacional do Ensino Superior público.

Fenprof no congresso do SNESUP-FSU

# PRECARIEDADE E MERCANTILIZAÇÃO ‘TECEM’ REDE INTERNACIONAL DE SINDICATOS



A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi convidada a participar num seminário internacional que antecedeu o congresso do Syndicat National de l'Enseignement Supérieur - Fédération Syndicale Unitaire, maior sindicato francês do Ensino Superior e Investigação. Participaram também delegações da Turquia e do Senegal e vários membros do SNESUP-FSU.

A sessão teve início com a apresentação dos objetivos de constituição de uma rede/plataforma internacional de sindicatos do Ensino Superior e de investigação, que seria uma forma de dar mais visibilidade aos problemas e do setor e aumentar a sua combatividade a nível internacional.

A minha intervenção centrou-se nas mudanças na gestão das instituições introduzidas pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). No essencial, esta mudança traduziu-se pela diminuição da colegialidade, participação e democracia. Concomitantemente, foram criadas várias universidades-fundação, que puderam contratar funcionários e docentes ao abrigo do Direito privado. No que respeita à situação da investigação, a mudança na gestão caracterizou-se pelo aumento da precariedade e pelo uso e abuso de bolsas de investigação, com muitos investigadores com longos anos de vivência precária sem vislumbrarem a possibilidade de estabilidade de emprego.

**Problemas locais-globais.** O representante da Turquia relatou a situação de opressão que se vive no país. O governo de Recep Tayyip Erdogan vem implementando políticas neoliberais e impondo um estado autoritário, sendo as universidades o primeiro setor de ensino sob ataque: muitos professores e estudantes que se opõem a Erdogan encontram-se neste momento em prisão; 2128 professores que assinaram uma petição em favor das liberdades foram despedidos e presos, acusados de apoiarem uma organização terrorista. Apesar disso, o colega turco referiu que os resultados das eleições municipais de Istambul são uma esperança para a mudança e, possivelmente, o fim do regime de Erdogan *[as eleições, repetidas, realizaram-se em 23 de junho e confirmaram e reforçaram a vitória da oposição]*.

Os colegas do Senegal, de sindicatos diferentes, relataram as dificuldades do setor, realçando que os maiores problemas se situam ao nível do financiamento e da gestão – o reitor, que anteriormente era eleito, passou a ser designado pelo governo e nomeia os diretores de departamento entre três nomes sugeridos pelos professores de cada departamento. Referiram, também, as dificuldades em recursos humanos, em particular professores, o que se torna mais grave quando a população com menos de 15 anos representa 40% dos senegaleses – em termos globais, a relação professor-aluno é de 1/67, sendo que nas humanidades sobe para 1/157. A pressão para a investigação aplicada, em detrimento da fundamental, também é muito sentida. De igual modo, há um favorecimento do sistema de ensino universitário privado, que representa 50% do total das instituições.

Os colegas de França caracterizaram o sistema francês, referindo a existência de cerca de 130 mil precários, com recrutamento por contrato e não por concurso. O governo de Emmanuel Macron está a introduzir a seleção no acesso ao Ensino Superior e, ao mesmo tempo, as propinas aumentaram para licenciaturas (2100€) e mestrados (3000€) – para alunos não comunitários crescem cerca de 700€ a estes valores. O governo vem implementando uma política de fusões e reagrupamento de universidades que resultaram em verdadeiros gigantes: vejam-se os casos das universidades de Estrasburgo e de Lyon, com cerca de 100 mil alunos; este rearranjo forçado instalou a competição por estudantes, pretendendo instituir o mercado como forma de regulação. Os colegas do SNESUP referiram que os professores estão, de alguma forma, isolados na sua luta, que não é compreendida pela sociedade francesa.

**Rede consensual.** Num período de discussão sobre as particularidades do sistema de cada país e sobre as vantagens da eventual criação de uma rede, foi consensual que deve ser combatida a visão de que os estudantes são clientes que avaliam as universidades como quem avalia o serviço de um hotel. Foi distribuída uma primeira declaração de princípios para a criação da rede, texto que servirá de base para futuras adesões. Foi consensual, por isso, que se deve trabalhar esse documento para se chegar a uma proposta de texto fundador.

O congresso, propriamente, teve início com uma primeira discussão em que as várias tendências expressaram as suas visões sobre a situação política em França e prosseguiu com sessões plenárias intercaladas por reuniões temáticas: projeto de lei da Função Pública e lei da aposentação; formação dos professores do Ensino Superior; reagrupamentos e fusões; seleção, mercantilização e desregulação das formações.

No final do primeiro dia, teve lugar uma mesa-redonda sobre a situação do Ensino Superior a nível internacional, onde participaram todos os convidados internacionais, incluindo o representante da Tunísia (que só chegou nesse dia), e que contou também com uma intervenção do secretário-geral da União dos Estudantes Franceses. Mais uma vez, os participantes destacaram a vantagem da criação da rede internacional de sindicatos do Ensino Superior.

De realçar que o congresso, com cerca de 100 delegados, decorreu de forma muito participada, com discussões em plenário muito vivas e uma organização em grupos temáticos que permitia o aprofundamento dos temas.

**Pedro Oliveira**  
direção do SPN

# DESCENTRALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: LIMITES, POTENCIALIDADES E RISCOS

**O SPN promoveu um seminário subordinado ao tema em título. A sessão terminou, á a tarde espreitava, deixando clara a necessidade de aportar mais esperança às escolas, capacitando todos os envolvidos om níveis maiores de confiança.**



O auditório da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia esgotou, no dia 6 de julho, para ouvir Eduardo Vítor Rodrigues (presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia), Licínio Lima (Universidade do Minho), Filinto Lima (presidente da ANDAEP, Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas) e Manuela Mendonça (SPN) sobre os limites, potencialidades e riscos da descentralização na educação.

Com a moderação a cargo de João Paulo Silva, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) pretendeu fazer luz sobre um processo que insiste em marcar a temática da educação nos últimos anos.

**Eduardo Vítor Rodrigues** começou por referir que a transferência de competências previstas pelo Governo surge empacotada no meio de outras questões, o que só por si é demonstrativo da vontade de alijar responsabilidades para os municípios. A palavra 'confiança' tem estado afastada dos parceiros envolvidos (Governo, Autarquias e Escolas) e, sem ela, as diferentes realidades (não há um país, mas muitos "países") não poderão manifestar-se do mesmo modo. O autarca disse mesmo que sem a regionalização não será possível um verdadeiro processo de responsabilização dos diversos agentes.

Assumindo a centralidade das questões educativas no seu projeto político, defendeu a transferência de competências (sobretudo para as escolas), mas não irá aceitar o que agora está em cima da mesa. Quando a legislação o obrigar a cumprir, aí, então, irá negociar com as escolas o que passará para a sua esfera.

O presidente do município gaiense referiu-se ainda à péssima gestão dos diferentes quadros comunitários e como isso está, também, a prejudicar as escolas.

**Licínio Lima** iniciou a sua intervenção dizendo que é contra a centralização da educação há 35 anos. Defende a intervenção dos municípios, mas, sobretudo, sugere que há princípios de autogovernança que são fundamentais na formação dos jovens.

A necessidade de um modelo policêntrico de governação é uma urgência, mas não o podemos fazer de forma ingénua. Há uma





tentativa real de confundir descentralização com delegação de competências e isso pode ser visto como uma forma política de substituir o Estado social por algo mais próximo das lógicas do mercado puro e duro.

A autonomia científica e pedagógica deve existir e estar nas mãos das escolas, havendo outras competências que poderão estar nas autarquias.

No debate final, perante a dúvida colocada (queremos ou não queremos a descentralização?), lembrou que a governação deveria ser multinível: Estado central, regiões, municípios, escolas, professores, pais, alunos, comunidade.

**Filinto Lima** referiu-se à legislação proposta pelo Governo como um salto para o desconhecido e lembrou a criação dos mega-agrupamentos como exemplo de um pacto para a asneira que permitiu a centralização das escolas à “distância de um controlo remoto”. O professor e diretor do Agrupamento Costa Matos, em Gaia, concordou com a inexistência da palavra ‘confiança’, referida por Eduardo Vítor Rodrigues, e questionou se não haveria o risco de haver autarquia a mais nas escolas, que não poderão ficar dependentes das sensibilidades de cada autarca. Questionou de seguida as competências e a composição dos conselhos municipais de educação.

**Manuela Mendonça.** A última intervenção ficou a cargo da coordenadora do SPN, que começou por apresentar as propostas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para esta área. Lembrou que a democracia desapareceu das escolas e que o processo de transferência de competências tem dois riscos imediatos – a interferência do poder político e a privatização. Defendeu que a descentralização tem de ser sinónima da capacidade de decidir, dando como exemplo o número de alunos por turma ou a definição da rede escolar.

Apresentou de forma detalhada como poderia funcionar o Conselho Local de Educação e o Conselho de Direção, deixando a cada escola a possibilidade de decidir entre um órgão de direção colegial ou unipessoal.



## NO PORTO DISCUTIU-SE POLÍTICA INTERNACIONAL

Promovido pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), teve lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto um seminário subordinado ao tema “Política Internacional: Democracia, Populismo e Extrema-direita”, com Manuel Loff, historiador da Universidade do Porto, e Roberto Della Santa, sociólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os mais de 100 professores presentes puderam desfrutar de duas interessantes comunicações de especialistas neste âmbito. Manuel Loff dedica-se mesmo ao estudo do fascismo no século XX, tendo deixado claro que já neste século as movimentações de índole fascista evitam o golpe militar e a rutura da ordem constitucional, antes privilegiando a transição autoritária – exemplo disso é o atual Brasil de Bolsonaro, situação bem conhecida de Roberto Della Santa, e que mereceu alguns apontamentos e comentários durante o seminário. Mais desenvolvidas foram as questões do populismo, conceito muito associado à direita do espectro político e que alguns procuram esconder, apontando-o também à esquerda, num efeito mimético que apenas serve para encobrir posições extremistas de direita que cavalgam fantasmas e medos insistentemente inculcados na opinião pública – perspetivas que também foram objeto de discussão entre os presentes, numa fase de diálogo com os participantes, que não deram por tempo perdido aquela manhã de sábado em que o seminário se realizou.

# O SPN NO



# 13º CONGRESSO DA FENPROF

## CONGRESSO

O 13º Congresso da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) decorreu no Fórum Lisboa, em 14/15 de junho, e elegeu como presidente do seu Conselho Nacional a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Manuela Mendonça. A representação do SPN foi assegurada por 147 delegados eleitos (113) e inerentes/designados (34), que tiveram uma participação ativa (18 intervenções) – nas páginas seguintes, damos conta de algumas delas (textos sintetizados e adaptados). Antecedendo o congresso, a Fenprof realizou um seminário com os convidados internacionais, sob o tema Escola Pública Exige Professores Qualificados e Reconhecidos, de que também damos conta.

## DIRIGENTES DIRIGENTES DO SPN NOS CORPOS GERENTES 2019/22

**Conselho Nacional** Manuela Mendonça (presidente eleita), Adriano Costa, Alexandre Fraguito, Ana Paula Tomé, Conceição Liquito, Faria Pinto, Francisco Teixeira, Isabel Baldaia, João Paulo Dupont, Margarida Leça, Maria José Araújo, Maria José Costa, Ondina Maia, Osvaldo Ramos, Paulo Duarte, Pedro Oliveira, Ricardo Cardoso, Sónia Duarte, Teresa Pereira (efetivos), Rogério Reis, Paulo Campos, Cristina Nogueira, Anabela Sousa, António Baldaia, Rafael Tormenta (suplentes); **Secretariado Nacional** Manuela Mendonça, Francisco Gonçalves, Henrique Borges, José Augusto Cardoso, José Manuel Costa, Júlia Vale **Conselho de Jurisdição** Ana Aguiar

## PASSAGEM DE TESTEMUNHO



“É com um enorme prazer que anuncio que o Conselho Nacional elegeu como sua presidente, minha sucessora, a Manuela Mendonça, com 76 votos a favor e dois em branco. Trata-se de uma escolha muito feliz, porque recai sobre uma muito prestigiada dirigente da Fenprof e do SPN, de elevada competência e dedicação, pelo que a sua eleição constitui uma evidente mais-valia para o Conselho Nacional, para a Fenprof e para o êxito da nossa luta.”

[João Cunha Serra, anterior presidente do Conselho Nacional]



“Assumo a presidência do Conselho Nacional com o orgulho de quem conhece bem a importância da Fenprof, mas também com a humildade e o sentido de responsabilidade de quem espera estar à altura da confiança que depositaram em mim. Um agradecimento ao João Cunha Serra por ter exercido o cargo de forma diligente e empenhada e, sobretudo, por pertencer a um conjunto de sindicalistas que foram muito importantes para a formação sindical e política das gerações seguintes, porque são exemplos de grande generosidade e dedicação ao sindicalismo e às suas causas. Orgulho-me de suceder ao João Cunha Serra. Muito obrigada, João!”

[Manuela Mendonça, presidente do Conselho Nacional da Fenprof]



## ESTIMULAR O DEBATE E A CONSTRUÇÃO DE IDEIAS

**1.** Mulher, cinquenta e poucos anos, quase 30 de serviço. De História. Comecei a trabalhar na escola de massas. Faltavam professores. As universidades expandiram-se com os cursos de ensino, sobretudo as privadas.

Hoje, esses cursos estão vazios e o corpo docente envelhecido. Em breve, muitos de nós vão reformar-se. Muito do que é a profissionalidade docente poderá perder-se por falta de contacto intergeracional, assim como de ausência de transmissão e de troca da chamada cultura de escola.

Decorre esta situação de, pelo menos, dois fatores. A mensagem da empregabilidade propalada a toda a hora, mesmo dentro das escolas, afasta os alunos e as alunas dos cursos de ensino e os professores não encontram colocação. A precariedade tornou-se comum e desmobiliza.

**2.** Fruto dos tempos pós-modernos e neoliberais, tornou-se consensual afirmar que a escola é neutra e que os professores o devem ser assim que passam o portão da escola. Nunca isso foi verdade, mas foi afirmado como tal o suficiente para que as questões sociais, económicas e políticas fossem varridas da sala de aula, mas, sobretudo, da sala dos professores. O silenciamento impera, sobretudo, depois da chegada da gestão unipessoal e do modelo de avaliação de desempenho medonho.

Quem anda pelas redes sociais ou mesmo na sala dos professores percebe a falta de debate e de cultura política, cívica e ativista que a maioria dos professores e professoras revela.

Proponho que a tradição de debate e confronto de ideias regresse à sala dos professores e que se promovam, nas escolas, ações formais ou informais sobre estas e outras questões de cidadania. Julgo ser esse, também, o papel dos que aqui estão: desconstruir as visões simplistas e redutoras, estimulando o debate e a construção de ideias e de formas de ação e transformação, de luta e reivindicação.

*Alexandra Vieira*



## POR UMA EPE GRATUITA PARA TODAS AS CRIANÇAS

O Governo assumiu a Educação Pré-Escolar (EPE) como chave para o combate ao insucesso escolar, afirmando que “começar bem vale sempre a pena”. O preâmbulo das OCEPE refere que educar é uma atividade que “deve abarcar todo o tempo desde o nascimento até ao início da escolaridade”. Ora, chegando o Governo ao fim do mandato, teremos dados para concluir que houve alguma valorização da educação desde o nascimento?

O Relatório Nacional de Educação, de 2017, apresenta a educação de infância como uma resposta social, desvalorizando o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores. Em nossa opinião, as crianças precisam de uma resposta com intencionalidade educativa, e não só social, desde o nascimento. Defendemos que se inclua na Lei de Bases do Sistema Educativo a educação das crianças dos 0 aos 3 anos.

Uma das medidas mais anunciadas foi a universalização da EPE para todas as crianças dos 3 aos 5 anos. Os dados do Relatório Nacional revelam um aumento na taxa de pré-escolarização aos 3 anos, de 83,4%. Significa que ainda estamos distantes da universalização.

A oferta pública de EPE tem sido alvo de análise e preocupação para o SPN. Durante o ano, reunimos com diretores de agrupamentos, autarcas e educadores de infância. Discutimos as possibilidades de expansão da rede, a existência de equipamentos, a organização das AAAF e as condições de trabalho. Concluímos que a oferta pública em zonas urbanas é muito baixa e que as assimetrias regionais entre a rede pública e privada são acentuadas.

Deixando que a expansão da EPE se efetue pela mobilização de outras entidades da sociedade civil, nomeadamente as IPSS, teremos a curto prazo a extinção da EPE pública em alguns concelhos.

Segundo dados da Pordata, entre 2006-2017, a redução do número de crianças na rede pública foi de 5482... Sensivelmente no mesmo período, a rede pública perdeu 1212 educadores... Há educadores de Q.A. com mais de 30 anos de serviço e 50 de idade sem colocação numa distância até 60km...

Temos de continuar a lutar para que os governantes não construam políticas educativas em função de interesses políticos e económicos e exigir que se cumpra o direito constitucional de uma EPE pública gratuita para todas as crianças.

*Ana Paula Tomé*



## APOSENTAÇÃO NO 1º CICLO: DESCONFORTO PERMANECE

Como professor e dirigente sindical do 1º Ciclo, gostaria de vir aqui debater ou apresentar ideias ou propostas aplicáveis ao setor. No entanto, por circunstâncias várias, não foi possível preparar uma intervenção nesse sentido, nem a nível do meu sindicato, nem a nível da Fenprof.

Tenho, no entanto, a convicção de que o mal-estar que atinge toda a classe docente é ainda mais intenso entre os meus colegas de ciclo. E o problema que avulta entre vários outros é, sem dúvida, a questão da aposentação. É uma questão politicamente inconveniente, ou até incorreta, mas é uma realidade com elevado grau de prevalência entre os professores do 1º Ciclo – o sentimento de injustiça e discriminação por lhes ter sido retirado um regime especial de aposentação que reconhecia o facto de, ao longo da vida profissional, trabalharem mais cerca de cinco anos do que os colegas dos restantes ciclos.

Nas vésperas deste congresso, vários colegas me falaram disso. Por exemplo:

- uma colega escreveu-me, comparando a situação dela com a de outra do Secundário, que, em igualdade de circunstâncias de idade e tempo de serviço, beneficia de uma redução de quatro horas letivas; acrescenta que já pediu “o ano a que teria direito, mas não foi deferido por ter estado alguns anos na biblioteca, com 9h de componente letiva, e agora por estar no Apoio Educativo com 25h”;

- depois de vários considerandos, outra colega escreve que, “além disso, o professor de 1º Ciclo é sempre diretor da sua turma: atende pais, reúne com psicólogos, assistentes sociais, resolve problemas da turma, vai a todas as visitas de estudo, organiza festas, efemérides e outras atividades escolares...”

- entretanto, alguém fez contas para demonstrar que num ano de 38 semanas letivas, os docentes do 1º Ciclo lecionam mais 114 horas do que os dos outros ciclos. “Não seria justo compensá-los? Será que quando eu tiver 65 anos terei a mesma paciência, energia ou até capacidade para enfrentar uma turma de 24 alunos de 6 anos, ou apenas farei o papel de avô?”

Queiramos ou não, este desconforto existe. Vamos fechar os olhos e encolher os ombros?

**António Baldaia**



## PROTEÇÃO DA IMAGEM E DA PESSOA DO PROFESSOR

Temos assistido a um crescendo de ataques aos professores que não dispensam o insulto, a calúnia e a agressão física. Há poucas semanas foi notícia a agressão violenta a uma professora em Gaia. E na escola onde leciono, uma encarregada de educação sentiu-se à vontade para me dizer que tinha estado quase a dar duas bofetadas numa professora, porque esta não tinha resolvido a contenda entre dois alunos da forma que ela achava pertinente.

Na escola, as crianças estão sem limites; há desinteresse por parte dos pais na participação escolar ou excesso dela; os alunos estão sem acompanhamento no seu crescimento integral. Neste contexto, a escola passou a assumir-aceitar responsabilidades que deveriam ser partilhadas: o professor tornou-se educador doméstico, cuidador da saúde física e mental dos alunos, ajuda a colocar limites e até é mediador dos conflitos familiares.

Entretanto, continuamos a ler mensagens, dirigidas à opinião pública, que afirmam que os professores só trabalham 35 horas, têm pouca formação, são meros transmissores de conhecimentos, incapazes de construir uma dinâmica de ensino...

Duas propostas para a Fenprof, uma delas a apresentar nas reuniões com o ME: no artigo 38º do Estatuto do Aluno, onde se lê “quando o comportamento do aluno maior de 12 anos e menor de 16 anos puder constituir facto qualificado como crime, deve”, deverá passar a ler-se “tem obrigatoriamente de comunicar ao Ministério Público”; no artigo 42º, alínea 4, deverá acrescentar-se “os professores dispõem do recurso aos serviços jurídicos do ME na defesa destes crimes”. Os professores têm de deixar de estar sozinhos, pessoal, profissional e economicamente, perante as agressões.

Porque uma imagem denegrida do professor não contribui para a valorização da escola, a segunda proposta diz respeito aos documentos e *outdoors* da Fenprof e dos diferentes sindicatos, onde deverão aparecer frases do género: “O professor também é um orientador”; “O professor também é um cumpridor de objetivos”; “O professor também é um regulador de conflitos”; “O professor é um educador com múltiplos papéis”.

**Elsa Pinto**



## PROFESSORES COMO INVESTIGADORES DAS SUAS PRÁTICAS

O Estatuto da Carreira Docente (ECD), no seu artigo 82º, prevê a possibilidade de atribuição de horas da componente não letiva (CNL) para “a realização de estudos e trabalhos de investigação que entre outros objetivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar”. Uma breve pesquisa das teses de mestrado e doutoramento (através do VPN) apresentadas e defendidas nos últimos cinco anos, permite inferir que um elevado número desses trabalhos de investigação se integram nos requisitos supramencionados. Contudo, quantos docentes beneficiaram de redução da sua CNL para esse efeito, mesmo que esses mesmos estudos revertam, a breve trecho, para o trabalho que esses professores desenvolvem nos estabelecimentos de ensino? Atrevo-me a dizer que se contam pelos dedos das mãos...

Para ser investigador das suas próprias práticas, promovendo e contribuindo para o sucesso escolar dos alunos e para o quotidiano do seu estabelecimento de ensino, através do desempenho de funções como avaliação interna, avaliação de desempenho docente, entre outros cargos e funções, cada professor deve ver atribuídas na sua CNL horas para a realização desses trabalhos. Que o que reverte para o coletivo não continue apenas na esfera do individual!

Os decretos-lei 54 e 55, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os inúmeros referenciais que continuam a proliferar, e que somos ‘convidados’ a utilizar, apelam a que os alunos se assumam coautores do seu próprio conhecimento e que os professores monitorizem e investiguem as suas próprias práticas. Que esta possibilidade seja finalmente uma realidade... que os diretores não se detenham apenas em alíneas como a m), que menciona os apoios... e neste caso com tantas e dúbias interpretações.

A investigação é fundamental nos contextos e para os contextos. Criem-se as condições, cumpra-se o ECD!

*Elvira Rodrigues*



## NO DIA 7 DE OUTUBRO, CÁ ESTAREMOS

O carácter distinto da solução política da legislatura que ora finda e as implicações que teve (e terá no futuro) merecem alguma atenção. O perigo da solução futura ser pior do que a atual é grande, particularmente se os professores ensimesmarem e desvalorizarem o valor do seu voto, a força da sua decisão no futuro do país.

Esta solução política permitiu que o verbo ‘resistir’ da década 2005/2015 fosse substituído pelo verbo ‘recuperar’. E isso, por muito insuficiente que tenha sido, não é um detalhe, é algo significativo. Por exemplo, a remoção dos cortes salariais e da sobretaxa, o alívio fiscal em sede de IRS e, não menos importante, o fim da mobilidade especial, o descongelamento das carreiras e a recuperação de 1018 dias do tempo de serviço congelado – de um total de 9A 4M 2D de que não abdicamos.

Só que, na balança entre resolvido e por resolver, é muito maior e estrutural o peso do ‘por resolver’: a diferença entre a carreira no papel e a efetiva, a dimensão do sobretrabalho docente, a precariedade dos contratos, o envelhecimento docente e a gestão escolar/municipalização a tender para o ‘caciquista’. Por isso, finda que está a legislatura, a insatisfação docente é, compreensivelmente, muita. As recentes eleições para o Parlamento Europeu sinalizaram que foram muitos os professores que não foram votar ou votaram branco e foram na ordem dos milhares os ‘9A,4M,2D’ inscritos nos boletins de voto nulos. Os professores estão chateados e resolveram demonstrá-lo assim.

Se esta forma de expressar a insatisfação se mantiver nas legislativas, regressaremos, pela certa, à resistência. Poderá ser até subjetivamente mais reconfortante, mas objetivamente será pior, por uma razão simples – são sempre melhores de suportar os vícios da abundância do que as virtudes da pobreza.

O problema é que o Governo e o PS estão hoje melhor posicionados para, em 6 de outubro, retomarem o ‘kit mãos livres’, seja com maioria absoluta ou através de acordo com parceiro de circunstância. É necessário apresentar aos professores a resposta de cada força política a cada problema dos professores e da escola e lembrar que votar decide. É necessária uma grande manifestação comemorativa do Dia Mundial dos Professores. E no dia 7 de outubro, num quadro mais favorável ou desfavorável, cá estaremos, porque somos da luta de todos os dias, dos dias bons e dos dias maus.

*Francisco Gonçalves*



## O 1º CICLO E A CARREIRA QUE AFINAL JÁ NÃO EXISTE

Como professora do 1º Ciclo, não posso deixar de trazer ao congresso a minha preocupação com este setor, tantas vezes esquecido e que devia merecer a melhor atenção dos governantes e de todos nós. Sendo de importância decisiva e estrutural, devia ser onde o investimento e a inovação seriam maiores.

Neste ciclo, os professores debatem-se com sérios problemas. Além da sobrecarga de trabalho e de estarem com os alunos 25 horas por semana, têm na sala de aula, frequentemente, alunos cada vez mais diversos e difíceis e de mais do que um ano de escolaridade! Isto duplica ou triplica o trabalho de planificar, avaliar e estruturar materiais, além de obrigar a gerir e distribuir o tempo de forma equilibrada, de modo a atender todos os alunos e a todos os anos. Por outro lado, quero falar de uma carreira que eu pensei que tinha, mas afinal já não existe! Eu sou uma de milhares que entraram para o sistema há mais de 30 anos, porque esta profissão tinha características que me levaram a criar expectativas e a perspetivar um determinado futuro... Mas tudo ruiu, por isso, sinto-me triste, frustrada e enganada!

Se eu tivesse uma carreira, estaria agora no topo, como tantos que aí chegaram com 26 anos de serviço. No entanto, quem teve o azar de 'parar' no 4º e 6º escalões e está nas listas de acesso às vagas do 5º ou do 7º, não tem quaisquer expectativas quanto à progressão. Apesar do descongelamento e da recuperação do tempo de serviço, os professores que estão nestas listas não progredem ao escalão seguinte! E nada podem fazer! Apenas assistir à passagem de outros que, com menos tempo de serviço, foram avaliados mais do que uma vez (ilegalmente) ou tiveram a sorte de ter 'Muito Bom' ou 'Excelente', escapando às vagas.

É preciso acabar com esta injustiça! A Fenprof e nós não podemos deixar que esta vergonha se mantenha! Enquanto isso, é preciso que as listas respeitem a lei! Que sejam elaboradas pelo tempo de permanência no escalão, permitindo a cada um saber, de forma clara e transparente, que lugar ocupa e quais os fatores de desempate que o colocam em determinada posição. Entretanto, seria justo que todos os que se encontram nestas listas desde 2018, pudessem usar parte do tempo a recuperar para 'comprar' a passagem da vaga.

*Maria José Araújo*



## QUE INCLUSÃO É ESTA?

Quem está na escola sente que existe um fosso entre o que está enunciado no preâmbulo da legislação sobre a inclusão e o que acontece na prática quotidiana. A grande questão é que não é possível promover uma verdadeira inclusão sem investimento na formação de professores, na diminuição do número de alunos por turma e no recrutamento de outros recursos especializados.

Trabalhar com todos os alunos no mesmo espaço, ainda que em cooperação com os professores da Educação Especial e outros técnicos, não é tarefa que possa ser implementada sem uma retaguarda de suporte que ajude à reflexão sobre o processo. Na ausência de apoio à superação das dificuldades que se vão sentindo, as escolas vão respondendo como sabem e podem a alunos com necessidades cada vez mais diversificadas.

Alguns professores sentem-se desconfortáveis, inseguros e ansiosos, quando têm de lidar com alunos 'diferentes'. A ausência de formação agrava a situação e contribuiu para acentuar a resistência de alguns à inclusão.

As chamadas "medidas universais" são apontadas como solução para a resolução de todos os problemas de insucesso. Mas não são nem mais nem menos do que aquilo que já existia, com doses dramáticas de burocracia para os professores: sucessivas grelhas que têm de ser preenchidas, mas cujo resultado é mais do mesmo, uma vez que as escolas não possuem mecanismos adicionais de superação do insucesso.

Como era previsível, as perversidades do DL 54/2018 só se verificaram à medida que foi sendo aplicado nas escolas, seguindo o guião habitual do Ministério da Educação: é publicada a lei, sem explicações nem medidas concretas para a sua aplicação, e as escolas que se desenvencilhem... Foi o que aconteceu! Tivemos escolas que rapidamente quiseram dar resposta à implementação do DL e outras que só iniciaram o processo no 2º período; umas que fizeram de conta que mudaram, mas só alteraram os documentos, porque as práticas continuam as mesmas, e outras que optaram por colocar todos os professores da educação especial dentro da sala de aula, em coadjuvação. Ou seja, uma falta de equidade tremenda!

O caminho percorrido para a construção de uma educação inclusiva leva 30 anos, embora este Governo procure dar a entender que o DL54 é o princípio da inclusão. Contudo, em alguns aspetos, houve até retrocesso.

*Ondina Maia*



## GREVE AO SOBRETALHO DEVE PROSSEGUIR

Lutamos contra o “sobretalho” e reivindicamos a conformidade do horário de trabalho com o Estatuto da Carreira Docente; insistimos numa Escola Pública inclusiva e universal; debatemo-nos contra a precariedade... Mas as ofensivas mais estratégicas, relacionadas com essas matérias, foram impulsionadas por condições de financiamento impostas pelo Fundo Social Europeu aos cursos profissionais nas escolas públicas.

A maldade, inicialmente experimentada pelos docentes dos profissionais, já contamina todos os níveis de educação e ensino não superior; não se revelou logo em 2004, aquando da introdução destes cursos nas escolas públicas, com David Justino, mas a partir de 2008, quando Maria de Lurdes Rodrigues anunciou a massificação do Ensino Profissional e, em 2009, alargou a escolaridade obrigatória ao 12º ano.

A massificação produziu uma escolaridade obrigatória refém do FSE e abriu a porta a um crescendo de descaraterização do ECD, relacionado com o sobretalho, a flexibilização do horário docente e do calendário escolar, mas também veio acrescentar trabalho precário – contratação anual, a termo certo, de técnicos especializados para necessidades permanentes.

Lurdes Rodrigues já tinha imposto ao horário os ‘tempos supervenientes’ e ‘aulas de substituição’, para precaver o cumprimento absoluto das horas de formação, mas foi com Nuno Crato que o horário docente ficou medido ao minuto e a funcionar com ‘bancos de minutos’, logo aproveitados para aulas de recuperação de módulos e de reposição de horas de formação.

Devido à proliferação de cursos, os ‘bancos de minutos letivos’ revelaram-se insuficientes para garantir o cumprimento integral das horas de formação e o sucesso dos cursos, sem o qual não há financiamento. Assim, as referidas aulas, bem como o acompanhamento da ‘formação em contexto de trabalho’ e das ‘provas de aptidão profissional’, passaram a ocupar, também, a componente não letiva (CNL) de estabelecimento e as interrupções letivas, e este precedente iniciou a atual ocupação da CNL com o apoio a grupos, não esquecido pela ‘greve ao sobretalho’. Esta greve expôs o quanto nos temos afastado do ECD – e deve prosseguir, mas abrangendo toda a ocupação letiva da CNL de estabelecimento, bem como toda a ocupação letiva das interrupções, e não apenas o apoio educativo a grupos.

**Paulo Duarte**



## IES PRECISAM DE MAIS COLEGIALIDADE E DEMOCRACIA

O estado a que o sistema de Ensino Superior e Investigação chegou tem uma origem – o Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), que abriu caminho ao cerceamento da vivência colegial, participada e democrática e instalou o mandarinato e a precariedade que se vive nas instituições de Ensino Superior (IES).

O RJIES abriu também a possibilidade da criação de fundações, com a estranha definição de fundações públicas de direito privado, ou seja, instituições públicas geridas como se fossem privadas – uma subversão da Constituição, ao mudar o caráter público das IES sem que tal tenha sido aprovado na Assembleia da República.

Mas é no regime contratual de pessoal que está a verdadeira mudança que o RJIES introduziu. No âmbito da gestão dos seus recursos, a instituição pode ter docentes a exercer idênticas funções com contratos diversos: de trabalhador em funções públicas ou em contrato individual de trabalho em regime privado.

Entretanto, ao longo dos últimos dez anos, observou-se a cada vez maior importância dos gestores: de escolhidos entre pares, que seriam os representantes da comunidade, as IES passaram a ter gestores profissionais, potencialmente exteriores à comunidade e sem uma verdadeira compreensão do que é o mundo académico.

O grave é que aquilo que se pensava como simples mudança de gestão se traduziu, também, em mudanças no exercício da profissão docente. Os professores têm agora que ser *accountable* pelo que fazem ao nível do ensino e investigação, mas, além do mais, têm de assegurar que estas atividades são mensuráveis e, portanto, fornecer os indicadores que permitem a sua mensuração. E assim muda o exercício da profissão: a confiança é substituída pela desconfiança, a ideia de serviço é substituída pela apresentação de indicadores, controlos e prestação de contas, e o sentido da profissão é transformado em mais um trabalho.

A avaliação revelou-se o maior logro que os Estatutos das Carreiras Docentes criaram. Seis anos consecutivos de menção máxima para progressão automática; para os restantes colegas, as progressões só ocorrerão se houver despacho conjunto dos ministérios da Tecnologia, Ciência, Ensino Superior e das Finanças que disponibilize verbas para o efeito, o que até hoje nunca se verificou. Ou seja, potencialmente, muitos professores poderão nunca mudar de escalão dentro da mesma categoria.

**Pedro Oliveira**



## ALARGAR A OFERTA PÚBLICA, COMBATER A PRECARIIDADE

Venho falar do Ensino Artístico Especializado (EAE) e de precariedade. Venho dizer que não foi perdido o tempo desde o último congresso da Fenprof, nem o tempo desta legislatura. Bem sabemos que muito está por cumprir, muitas expectativas justas por alcançar, que os próximos anos trarão novos desafios e novas dificuldades... Mas não serão perdidos!

Há um ano foi publicado o Regime de Seleção e Recrutamento de Docentes do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança, que introduziu a chamada norma-travão como garantia mínima para os professores que dão corpo a estas escolas. Esta garantia mínima não foi uma prenda, foi uma conquista de anos de luta! E foi uma vitória para muitas dezenas de professores que, como eu, entraram em lugar de quadro de escola! Foi uma vitória para os alunos e para a Escola Pública que ficou menos precária!

Como reverso da medalha vejo a precariedade maior dos que continuam contratados. Maior porque ficaram mais sozinhos... Porque, apesar de serem necessidades permanentes e estarem ano após ano nas mesmas escolas, esses meus colegas de sempre, porque não têm sempre (e alguns não têm nunca) horário completo, anual e consecutivo, estão ainda condenados à precariedade.

Vejo também tantos alunos ainda sem acesso ao EAE porque não existe uma rede real que garanta esse direito. E o direito, também na Arte, tem de se sobrepor ao talento! E temos de chegar primeiro a quem mais precisa!

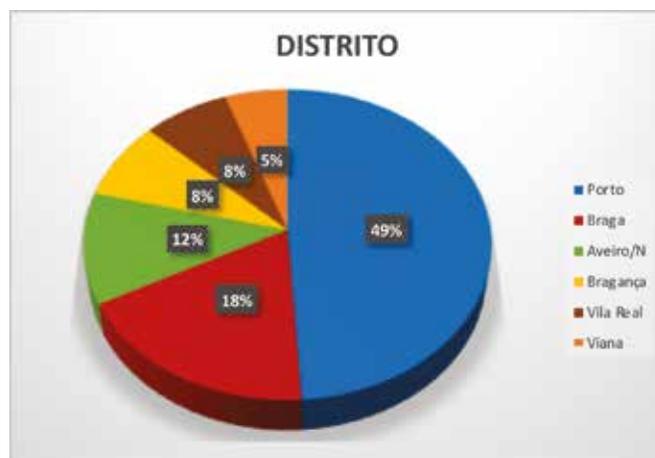
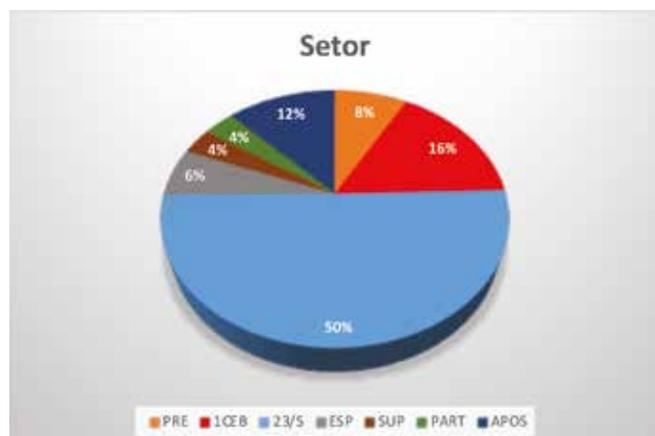
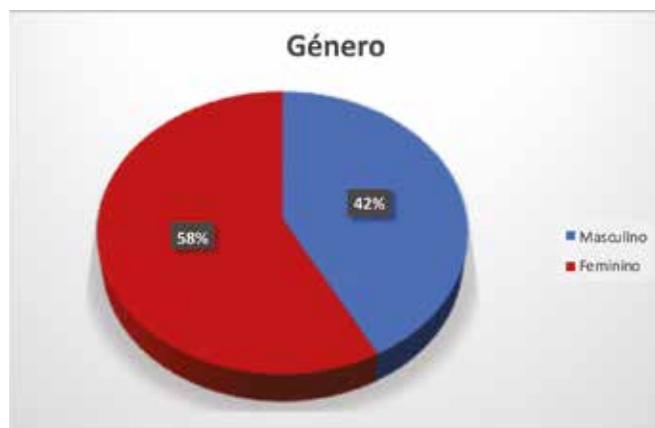
Mas, colegas, espalhem a notícia de que não aceitaremos que a oferta pública do EAE chegue a menos de 5% dos alunos que usufruem desta oferta formativa. Sabemos que é a Escola Pública quem melhor pode prestar serviço público. Exijamos, por isso, tudo a que os nossos alunos, os nossos colegas, o nosso país têm direito. O EAE foi e será precário enquanto continuar refém de interesses privados! Espalhem a notícia de que exigimos o alargamento da oferta pública do EAE como um direito para os alunos e com dignidade para os professores!

Espalhem a notícia de que não desistimos de nenhum aluno e não desistimos dos nossos direitos. Não desistimos do passado e queremos bem presente o futuro!

Espalhem a notícia de que quando tivermos de escolher vamos sempre escolher tudo!

*Ricardo Cerqueira*

## REPRESENTAÇÃO DO SPN NO CONGRESSO



Seminário Internacional antecede congresso da Fenprof

# EDUCAÇÃO E PROFESSORES À VOLTA DO MUNDO



Antecedendo o 13º Congresso Nacional dos Professores, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) promoveu um seminário internacional (*Escola Pública Exige Professores Qualificados e Reconhecidos*), que juntou dezenas de dirigentes de sindicatos de todo o mundo numa partilha de ideias e experiências, de preocupações e desafios, de estratégias de resistência e combate.

“A Escola Pública exige professores qualificados e reconhecidos – uma ideia que parte do pressuposto que uma educação pública de qualidade, pilar fundamental de uma sociedade democrática, é inseparável da valorização social e material da profissão docente”, afirmou Manuela Mendonça, secretária nacional da Fenprof e coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que fez o enquadramento sobre a situação dos professores em Portugal.

Entre os principais problemas estão, entre outros, um corpo docente qualificado, mas envelhecido e desgastado; uma crescente intensificação e burocratização do trabalho docente; o agravamento das condições de aposentação; o aumento da precariedade laboral; um regime de gestão não democrático – que fazem da docência uma profissão pouco atrativa.

“Sabemos que estes problemas são transversais a muitos outros países. No que à situação dos professores diz respeito, vários países europeus enfrentam hoje uma grave crise de recrutamento e retenção de professores qualificados”, referiu Manuela Mendonça, que alertou para a necessidade de rejuvenescimento da profissão, de valorização do estatuto dos professores e de melhoria significativa das suas condições de trabalho.

## **Pensar no futuro da profissão e dos sindicatos**

Para Susan Flocken, diretora do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE), “a qualidade da educação” tem de estar na agenda dos sindicatos. “Quando falamos em qualidade da educação, falamos dos professores. Se queremos ter uma educação de qualidade é preciso baseá-la na qualidade dos professores. E do que precisamos para ter professores de qualidade? Precisamos de formação de qualidade, que prepare os professores para fazerem o seu trabalho, mas também precisamos de investimento apropriado.”

Susan Flocken sublinhou que “a educação é um direito, um bem público”, pelo que “o acesso de todos a uma educação de qualidade” é imperativo. A dirigente lembrou a importância do diálogo social, “um instrumento a usar”, e da Educação para Cidadania. “O que precisamos também é de respeito, não só de respeito como profissão, mas também como parceiros sociais”, frisou Susan Flocken, acrescentando que, quando se fala do futuro da Europa, também se deve falar do futuro da profissão e dos sindicatos, que devem ter como prioridades “continuar atrativos, manter os membros, recrutar novas pessoas para a organização e, para aqueles que fazem parte da organização, ser ativos e envolvidos.”



### **Tornar a profissão atrativa**

Representantes de sindicatos de todo o mundo falaram da situação da educação no seu país e deram conta das suas preocupações. Muitos dos problemas são semelhantes, como os ataques à Escola Pública e aos professores e a falta de investimento na Educação.

Aqui ao lado, os danos causados pelos cortes da crise foram muitos: “perderam-se 37 mil empregos na Educação”, o número de alunos por turma cresceu cinco vezes mais na Escola Pública do que nos privados, há mais abandono escolar, explicou Paco García, das Comissões Obreras, que apontou a necessidade de “procurar uma Educação que responda às necessidades do século XXI, que dê valor aos professores e que dignifique a profissão”.

Xesús Bermello, da Confederación Intersindical Galega (CIG-Ensino), considerou que “a Escola Pública é um campo de batalha”, que “a Educação Pública é desprestigiada” e que “os professores são classificados como privilegiados e despreocupados”. Frisou, também, que “a Escola Pública exige professores qualificados e reconhecidos, melhores condições de trabalho e salariais”. E concluiu que “ao defendermos os nossos direitos, estamos a defender o futuro da Escola Pública”.

No Reino Unido, os sindicatos estão a braços com a questão dos orçamentos, com o financiamento das chamadas *free schools* e com a pouca qualificação dos professores. E na Holanda, o dinheiro que chega às escolas vai para a gestão e para os edifícios, em vez de ir para as salas de aulas e para os professores; além disso, por ser uma profissão pouco atrativa, prevê-se que em 2025 existam menos dez mil professores no país. São dois exemplos do que se passa. Mas um pouco por toda a Europa sucedem-se, de forma mais ou menos comum, os ataques à Escola Pública e aos docentes – ouviram-se dirigentes da Grécia, França e Alemanha, entre outros.

Das intervenções dos sindicalistas europeus ressaltou a necessidade de se qualificarem e reconhecerem os professores – “porque os alunos têm o direito a ser educados por professores qualificados e reconhecidos”, ouviu-se –, de acabar com a precariedade na profissão, de investir na formação pedagógica, de rejuvenescimento da classe docente, da gente nova se envolver nos sindicatos e nas lutas dos professores, de se atender ao aumento do stresse, da ansiedade e do *burnout* e de tornar atrativa a profissão.

### **Exigir respeito pelos direitos sindicais**

Espreitando outros continentes, o cenário permanece mais ou menos complicado. Guilherme Silva, do Sindicato Nacional dos Professores de Angola, disse que, embora o país seja visto pelo resto do mundo como “um país com petróleo”, a Educação recebe apenas 5,8% do Orçamento de Estado. Além da falta de investimento, o dirigente angolano apontou uma série de problemas, entre os quais as leis

que limitam para quatro os dias de greve. “Estamos a regressar para a idade da pedra. Nenhum professor trabalha bem quando está desmotivado e com salários míseros”, sublinhou.

Também de Angola, Vasco de Almeida destacou a não valorização do tempo de serviço, no processo de transição de Estatuto da Carreira Docente, e a questão da carga horária. “Temos poucas escolas. O governo não admite novos professores e põe os docentes a trabalhar com três ou quatro turmas de diferentes anos e com programas diferentes. Não há qualidade de ensino nenhuma”, referiu o dirigente da Federação dos Trabalhadores de Educação de Angola. No Brasil sucedem-se as paralisações e as greves, numa tentativa de reverter o que está a acontecer e numa luta que é também pela libertação de Lula da Silva. Para Roberto Leão, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), é necessário o fortalecimento da Escola Pública e dos sindicatos, “para enfrentar os ataques ao sistema de ensino e à escola”, e “nós, dirigentes sindicais, devemos estimular a participação dos conselhos (conselhos de escolas, conselhos de classes) que debatem as políticas”.

### **O sindicalismo deve ser a partir da base**

A fechar o encontro, Mário Nogueira considerou que a desvalorização da profissão, no plano profissional, social e material, as carreiras, a precariedade e o desemprego foram fatores que fizeram com que muitos jovens não quisessem seguir a profissão. “Isto é um problema, porque não tarda estamos a andar para trás ao nível da qualificação”, com os impactos que isso pode ter, se acontecer, na qualidade do ensino e na Escola Pública.

Para o secretário-geral da Fenprof, “as dificuldades na atividade sindical são óbvias”, mas “a responsabilidade maior da desvalorização do papel dos sindicatos é dos governos, como aqui foi dito, que não chamam os sindicatos para a negociação”. Sublinhando que “a exigência de respeito pelos direitos sindicais, pelos sindicatos e pela negociação coletiva é fundamental para os sindicatos se poderem afirmar”, Mário Nogueira frisou que o sindicalismo deve ser sempre feito a partir da base. “O centro da atividade sindical são as escolas, onde estão os professores, que é o que nós somos e representamos.”

**Maria João Leite**  
A Página da Educação

# LITERATURA, HISTÓRIA, POLÍTICA E SINDICALISMO

A propósito do curso de formação de professores, sobre a vida e a obra de Júlio Dinis, promovido pelo SPN em Ovar (18 e 25 de maio).



Desenho de Alfredo Roque Gameiro

Confesso que nunca fui grande admirador da obra literária de Júlio Dinis. Li, na minha juventude, por alturas do Ciclo Preparatório, algumas obras do autor que me eram recebidas por um funcionário da biblioteca itinerante da Gulbenkian. Numa altura em que era escassa a informação e raros os livros, era sempre com grande ansiedade que aguardava a chegada mensal da carrinha Citroën cinzenta, com chapas caneladas de zinco e prateleiras repletas de livros que podíamos requisitar, até ao limite de seis.

No dia aprazado, no largo central da freguesia, em frente de um edifício que era, simultaneamente, café e mercearia, lançava olhares para o fundo da *estrada nova*, procurando vislumbrar, ao longe, a carrinha que haveria de chegar no horário habitual. Acontecia, por vezes, que, em vez da *carrinha dos livros*, aparecia primeiro a do pai-deiro de Escariz, que era igual até na cor, com grande desalento meu, mas especial gáudio da pequenada, meus companheiros de escola e de brincadeira, *Malessos* e *Saguís*, cujas necessidades se faziam sentir mais ao nível do estômago do que da cachimónia.

Mas lá acabava por chegar, estacionava no largo, abriam-se as portadas duplas da retaguarda dando entrada aos leitores habituais, entre os quais o próprio, o mais novo dos fregueses. Entregava o lote que o funcionário, um senhor já de certa idade, ao mesmo tempo condutor e bibliotecário, descarregava numa das centenas de fichas meticulosamente ordenadas num caixote de madeira e lá me punha a decifrar as lombadas de diversas cores e tamanhos.

– Menino, leve esse. Leve também aquele de Júlio Dinis e o outro do padre António Vieira... – sinalizava o bom homem que me dispensava sempre uma especial atenção, talvez por eu ser o seu frequentador mais assíduo e precoce.

– Dum padre?! – atirava, admirado.

– Sim, dum padre – retorquia prontamente – e que mal tem?!

E lá trazia eu o *Sermão* – de que ainda não entendia bem o significado nem o alcance – a *Morgadinha* e «*As Aventuras de Tom Sawyer*», sem me aperceber que a intenção não era catequizar-me, mas incutir-me o gosto pelos livros. Por alguns livros.

**A realidade por outra lupa.** Nunca fui, repito, grande admirador da escrita de Júlio Dinis. Mas não há melhor forma de reeducar o gosto pela leitura – pois os gostos também se discutem e educam – do que ir mais além no conhecimento do escritor e do homem. E vê-se, então, a realidade por outra lupa.

A visita à Casa do Campo, o contacto com os espaços, com a mesa da sala onde o escritor, decerto, alinhavava os seus rascunhos, a enxerga onde repousava, a lareira onde se aconchegava, fizeram-me revisitá-la sua obra. Porque Júlio Dinis esteve ali e ali viveu, como todo o ser humano, as suas alegrias e misérias. Há quase uma espécie de reencarnação quando se está em sítios como este – ou como na cela da Relação ou na Casa Grande – e que a encenação do ator Leandro Ribeiro rematou, dando-lhe uma dimensão completa e total. Perfeita! Primeiro, o homem e a obra, num discurso claro, contextualizado no século do Liberalismo e da afirmação da mentalidade e modo de vida burgueses, tão bem ilustrado em «*Uma Família Inglesa*», em contraponto ao retratado pela pena de Camilo em «*Aventuras de Ba-*

sílio Fernandes Enxertado». Mas uma obra literária traz-nos, amiúde, informações históricas curiosas, de que muitas vezes não nos apercebemos ou não damos importância. A prática da medicina na obra de Júlio Dinis alcançou, pelo detalhe e preciosidade, esse desiderato, a que a dramatização final deu ênfase e jovialidade.

O percurso académico do escritor serviu de mote e pretexto a uma retrospectiva sobre a *História da Educação e da Carreira Docente*, do Liberalismo à I República, onde se destacaram aspetos centrais como os principais normativos, prioridades, organização, metodologias, aparecimento das primeiras associações profissionais e sindicatos, publicações... frutos de uma aposta clara na instrução e no ensino. Retenho, dessa exposição, um detalhe significativo, na altura, como hoje, motivo de atenção e preocupação sempre que se fala da municipalização da educação: a opinião de Teófilo Ferreira, expressa em 1890, acerca da descentralização.

Retrospectiva a que, em meu entender, foi dada continuidade na exposição *Memória, Presente e Futuro – Reivindicar, Agir e Mudar*, que pecou pela exiguidade do espaço onde estava instalada, mas que teve o mérito de realçar os aspetos, extremamente gravosos para a educação e para os professores, da ditadura fascista; o seu contributo de resistência e de luta; as conquistas que o 25 de Abril permitiu e afirmou e as tentativas, sempre recorrentes por parte dos resquícios do fascismo, de fazer retroceder e destruir o que, com muita luta e determinação, foi conseguido.

Mais dois acrescentos. O primeiro, para salientar a intervenção da técnica do Serviço de Património Histórico e Museus, da Câmara Municipal de Ovar. Mais um contributo importante para o conhecimento da evolução da educação no concelho e no país, destacando a obra filantrópica dos irmãos Oliveira Lopes, que ajudou a colmatar as imensas lacunas de que padeciam muitas regiões do país e me fez recordar, embora com muito menos cabedais, o *Diamantino Dores*, da «Mina de Diamantes» de Aquilino. De louvar a iniciativa da Câmara Municipal de Ovar na conservação e reconversão dos edifícios e espaços de antigas escolas do 1º Ciclo, bem ao contrário do que sucede em muitos outros municípios do país, incluindo o meu, onde foram encerradas, muitas vezes injustificadamente, ficando em estado de abandono e degradação total, a exemplo do que sucedeu com as casas florestais. O segundo e numa frase só, mas que, quanto a mim, diz tudo, para realçar a interessantíssima dissertação pedagógica e literária da professora Ana Maria Ferreira.

Só uma nota final para destacar o rigor e o profissionalismo sempre presentes em todos os momentos e a forma como se conseguiu conjugar o aspeto literário com a dimensão histórica, política e sindical, da qual resultou uma visão integradora e global, porque o homem, seja o Júlio Dinis ou o *João das Bichas*, é sempre um produto do seu tempo.

**António Óscar Brandão**  
sócio SPN nº 27523

## UM DIA NA ESCOLA

Estamos na última semana de aulas e hoje é um dia especial, um daqueles que um certo mestre da pedagogia chamava de “aprendizagens significativas”. A minha escola vai receber a visita do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, do Senhor Comandante do Posto da GNR, do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários e do Reverendíssimo Pároco da Freguesia.

Trata-se de uma visita solene, a propósito de um destes projetos que catapultam um país para a excelência educacional; tem por nome próprio PIPSMEE, ou seja, *Projeto Inovador de Promoção do Sucesso, do Mérito e da Excelência Escolar*. O Senhor Presidente da Câmara, António Muito Fino, é um homem bem apessoado, com muitas semelhanças com o Secretário de Estado João Costa, o mais elevado cérebro da lusa pedagogia, barba à *hipster* (muito adequada à calça de ganga e camisa à lenhador do fim de semana) e óculos à intelectual (que conferem, juntamente com o fato de fino corte, o porte e a gravidade que a função autárquica exige).

Para que a cerimónia corresse bem e a fotografia e o vídeo condizentes com a importância do ato, o Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara preparou um improviso e enviou à escola as perguntas que os alunos, espontaneamente, deveriam colocar ao insigne autarca.

E nesse momento, eis que rebenta a bernarda. Os professores estrebucharam e não aceitaram preparar o dito improviso. Alguns mais ariscos atreveram-se mesmo a afirmar abusiva e pouco democrática tal coisa. Foi necessária a intervenção da Senhora Diretora do Agrupamento e diligenciar a disponibilidade do senhor Horácio, porteiro da escola e em processo de avaliação de desempenho, o qual ordenou à Maria, sua filha e aluna do 1ºC, a leitura das perguntas preparadas pelo Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara. E assim, lá foi possível salvar a honra do convento. Para a história fica a má vontade dos professores, que quase estragou um dia de ‘aprendizagens significativas’. Mais ainda quando se sabe que qualquer aluno de 6 ou 7 anos de idade salta com elegância da construção frásica “A tia ata o totó” para a elaboração da pergunta: “Senhor Presidente da Câmara, quais são as vantagens, para a aprendizagem dos alunos, do Projeto Inovador de Promoção do Sucesso, do Mérito e da Excelência Escolar?”.

Como é possível um professor (neste caso, vários) ser tão relapso em Psicologia do Desenvolvimento?

**Autor devidamente identificado,  
prefere manter o anonimato**

## Festival Intercéltico de Sendim “20 ANOS DEPOIS, AINDA COM MAIS VIGOR”

Vinte anos de Festival Intercéltico é muito tempo, muitas músicas, muitas celebrações, muitas viagens.

Viagens musicais que, para a edição de 2019, começam do outro lado do Atlântico, na Patagônia, de onde vêm os Melkisedeck, um grupo fascinado pela herança céltico-britânica que noutros tempos emigrou para terras argentinas, porventura aproveitando para (re) visitar as terras escocesas, de onde chegam os Fourth Moon. A caravana pode embrenhar-se no continente e rumar à Ocitânia, de onde viajam os La Talvera, com passagem pelo País Basco, onde se incorporarão os Kolme Katu, todos com músicas de raiz abertas ao mundo e dialogantes com outros géneros musicais.

Optando pela cordilheira cantábrica, como se seguissem as sendas das peregrinações jacobéias, encontrar-se-ão com os Dobra, do celebrado virtuoso das gaitas de foles, Xuacu Amieva. Baixando por terras de Leão e de Castela, juntam-se à caravana La Bazanca e Castijazz, do flautista Carlos Soto, acompanhado pelo Folk Quintet. E assim entrando pela fronteira de Miranda do Douro, em Sendim se encontrarão com três duos de excelência: Jorge Lira & Paco Díez, recriando repertórios do romanceiro ibérico na sanfona e na guitarra; Carlos Zíngaro & Manuel Guimarães, improvisando sobre temas tradicionais transmontanos em violino e piano; Ana Correia & Tânia Pires, numa evocação da cantadeira de Caçarelhos, Adélia Garcia (1933-2016).

***Miranda do Douro e Sendim  
1 a 3 de agosto***



## TRIBUTO A RUI PATO

A Associação José Afonso (AJA) cumpre 32 anos de existência no próximo dia 18 de novembro.

Poucos meses após o desaparecimento físico do ‘poeta, andarilho e cantor’, um grupo de homens e mulheres decidiu que o seu legado deveria ser preservado, estudado e difundido. O que passa, também, por evocar a obra da gente da sua geração. É o caso de Rui Pato, que aos 16 anos iniciou uma estreita colaboração com Zeca Afonso, acompanhando-o à viola na gravação de «Baladas de Coimbra» (1962).

Posteriormente, várias colaborações se sucederam, com a viola de Pato a ter um papel decisivo em discos como «Baladas e Canções» (1964), «Cantares do Andarilho» (1968) e «Contos Velhos, Rumos Novos» (1969). A continuação desse trabalho conjunto viria a ser interrompida pelo regime de Salazar, aquando das gravações de «Traz Outro Amigo Também» – nessa altura, a polícia política não autorizou o músico a embarcar para Londres, onde ia ser gravado o disco, como represália pela sua participação na greve estudantil de 1969, em Coimbra.

Além de José Afonso, Rui Pato teve também papel preponderante na obra de Adriano Correia de Oliveira, que acompanhou, entre outros, nas gravações de «O Canto e as Armas» (1969) e «Cantaremos» (1970).

Por tudo isto, a AJA promove um concerto-tributo a Rui Pato (**Fórum Lisboa, 16 de novembro**), com a participação do grupo **Raízes** de Coimbra, **António Ataíde, João Afonso, Rogério Pires, Francisco Fanhais e do próprio Rui Pato**.



**uma nêspira**

estava na cama  
deitada

muito calada  
a ver  
o que acontecia

**chegou a Velha e disse**

**olha uma nêspira  
e zás comeu-a**

**é o que acontece  
às nêspiras  
que ficam deitadas  
caladas  
a esperar  
o que acontece**

de nêspira



### *nesta edição*

- a abrir
02. **Coordenadora do SPN reeleita para Conselho Executivo da IE**
- editorial
03. **5 de outubro, pela profissão e pela educação**
- ação sindical
05. **Governo complica recuperação do tempo de serviço**  
07. **Recuperação do tempo de serviço congelado**  
08. **A legislatura de A a Z**  
10. **Pré-escolar em foco...  
...E em reflexão**  
11. **Um olhar do EPC sobre o congresso da Fenprof**
- do superior
12. **RJIES: dez anos depois, avaliar e pensar o futuro**  
14. **Precariedade e mercantilização 'tecem' rede internacional de sindicatos**
- notícias spn
16. **Descentralização na educação: limites, potencialidades e riscos**  
17. **No Porto discutiu-se política internacional**
- congresso da fenprof
18. **O SPN no 13º Congresso da Fenprof**  
20. **Intervenções dos delegados do SPN**  
26. **Seminário: educação e professores à volta do mundo**
- dos professores
28. **Literatura, história, política e sindicalismo**  
29. **Um dia na escola**
- apostas spn
30. **Tributo a Rui Pato / Festival Intercéltico de Sendim**
- a fechar
31. **Desnêsperar**